

O PROJETO ORIGINAL DE GOIÂNIA Tânia Daher¹

O projeto primeiro de Goiânia foi elaborado pelo o arquiteto-urbanista Atilio Correa Lima, que se inspirou na escola francesa de urbanismo do início do século XX. Atilio não chegou a concluir a implantação integral da nova capital, pois rompeu antes o contrato com o governo de Goiás. Logo é substituído pelo engenheiro urbanista Armando de Godói, que deu continuidade ao plano, mas seguindo orientação do modelo das cidades-jardim inglesas. A seguir será feito um paralelo entre o projeto de Atilio e o modelo de cidade francesa e o projeto de Armando e o modelo das cidades-jardim inglesas.

O projeto de Goiânia, segundo Godói e as cidades-jardim inglesas

Armando Augusto de Godói, natural de Volta Grande, Minas Gerais, nasceu em 3 de abril de 1876 e faleceu em 11 de agosto de 1944. Concluiu o curso de engenharia em 1902. Foi professor no Colégio Militar, autor de vários artigos nas principais revistas e jornais do país e funcionário público na área de engenharia e urbanismo. Foi um dos responsáveis pela vinda de Alfred Agache, urbanista francês, ao Rio de Janeiro para elaborar um plano de extensão para a cidade.

Assim que o interventor Pedro Ludovico Teixeira resolve transferir a capital de Goiás, ele convida Armando para projetá-la. Sem tempo para realizar a tarefa, vem a Goiás, faz apenas uma visita ao local e elabora um documento técnico sobre onde se ergueria Goiânia e volta para o Rio de Janeiro. Em meados dos

¹. Arquiteta de Secretaria de Planejamento do Município, em Goiânia, autora do livro *Goiânia, uma utopia européia*. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.

anos de 1930, ele retorna a Goiânia, convidado pela empresa Coimbra Bueno e Cia., responsável pela construção da cidade, para substituir Atilio, que rompera o contrato com o Estado de Goiás. Armando dá continuidade ao projeto iniciado por Atilio que implantara parte do plano da cidade. Conforme já analisado, o plano de Atilio se baseou no modelo francês de urbanismo. Mas Godói, fascinado pelas cidades-jardim de Howard, resolve adaptar o projeto de Goiânia, já parcialmente implantado, ao sistema inglês de cidade.

O inglês Ebenezer Howard (1850-1928) criou as cidades-jardim no início do séc.XX, na Inglaterra. Ele não era urbanista, mas contou com a ajuda de profissionais da área para projetar varias cidades, segundo suas teorias. Entre eles pode-se citar Barry Parker, Louis de Soissons e, sobretudo, Raymond Unwin. Este foi quem melhor soube captar e exprimir no espaço a cidade de Howard. O arquiteto austríaco Camillo Sitte (1843-1903) exerceu forte influencia nos autores desse modelo de cidade.

A seguir os principais tópicos do plano das cidades-jardim e o projeto de Goiânia, segundo Godói.

Industrialização e espaço urbano

Camillo Sitte foi forte referência para Howard, criador da cidade-jardim. O primeiro aconselhava a necessidade de estudar a cidade sob todos os aspectos, antes de propor um projeto ou sua extensão, como a sua economia, geografia, história, etc. Mas a cidade de Howard seria nova, sem os vícios do passado. Sua análise seria projetada para o futuro, pois ele não aceitava corrigir os erros das cidades já existentes, pois o custo seria alto e despenderia muito tempo com desapropriações, indenizações, demolições, construções, infraestrutura, etc. Ele ambicionava uma cidade que pudesse servir de base para uma sociedade ideal. Não existiria contraste de ordem social e econômica. A referência histórica, ele foi buscá-la na Idade Média, inspirado em Sitte, que via esse período

como exemplo de cidade e sociedade, pelo seu universo comunitário, pela escala humana do espaço físico, pela preocupação com a estética, pela importância dada ao ser humano em detrimento dos objetivos econômicos, qualidades desprezadas nas cidades modernas.

O criador da cidade-jardim achava que a industrialização havia provocado a decadência das grandes metrópoles: poluição do ar, visual, excesso de população, estresse, baixa qualidade de vida, solidão, desconexão da natureza, custo de vida alto, etc. Mas a vida no campo também tinha desvantagens: baixo salário, desemprego, latifúndios improdutivos, pouca opção de lazer, mentalidade provinciana, etc. A cidade de Howard deveria ter as vantagens do mundo rural e do mundo urbano, pois cada um necessitava do outro pra se completarem. Foi, sobretudo, Unwin quem melhor interpretou o traçado urbanístico da cidade-jardim. Ele tentou condensar as ideias de Howard, que eram voltadas principalmente para os aspectos sociais econômicos e políticos, com as ideias de Camillo Sitte, que tinha uma visão mais relacionada à questão estética da cidade, inspirada no período medieval. Claro que foi uma tarefa difícil e paradoxal tentar conciliar as atividades ligadas ao mundo industrializado dentro de um espaço físico inspirado no período medieval.

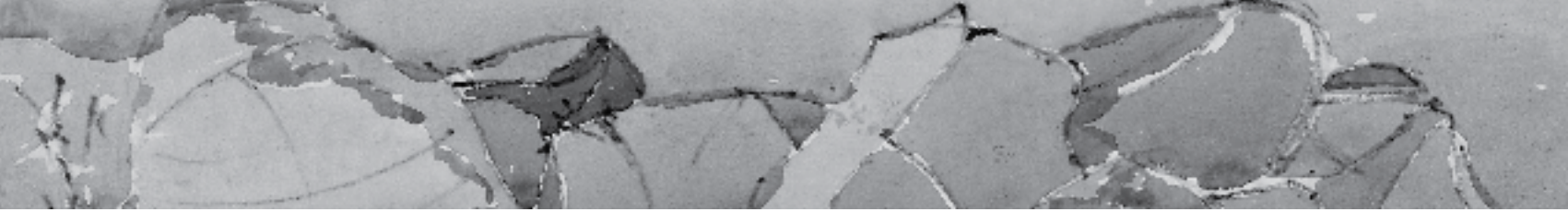
Enquanto Howard condenava o estado caótico em que se encontravam os centros urbanos, após a industrialização, Godói a saúda como um fato positivo pela transformação ocorrida na sociedade, na economia e na política do país, onde a cidade moderna seria o seu espaço apropriado.

Howard queria atrair a população urbana das metrópoles e levá-las a uma cidade com qualidade de vida. Armando, ao contrário, queria atrair os imigrantes rurais e introduzi-los ao universo industrializado das metrópoles, para que tivessem contato com a civilização.

Para ele só o fato de a população de origem rural e dos pequenos vilarejos que não tinham passado pelo processo de industrialização vir para uma cidade moderna, com indústria, comércio, prestação de serviço, emprego e habitação, já lhe proporcionaria um padrão de vida de melhor qualidade da que levava anteriormente no campo. Godói também fez um estudo de ordem geográfica e econômica do local onde se ergueria a nova capital: água em abundância, clima favorável, terreno plano, localização no centro econômico do Estado e proximidade com a estrada de ferro. Godói, em nenhum momento de seu relatório, fala da influência das cidades medievais sobre o traçado das cidades-jardim e a sua inviabilidade às atividades contemporâneas. Howard é claro na escolha e consequência de um traçado urbanístico que dê preferência ao ser humano em detrimento do aspecto econômico. Armando não atentou para o fato dos autores desse modelo terem ignorado a evolução das condições de trabalho, os problemas da circulação, o engessamento de sua expansão urbana, incompatíveis com o desenvolvimento econômico moderno.

A economia das cidades-jardim e a propriedade da terra

A cidade-jardim inglesa foi um empreendimento particular. O terreno foi comprado por cidadãos que tinham o compromisso de fundar a cidade. Ele não seria vendido à população, pois não existiria a propriedade particular da terra nem especulação com ela. Seus habitantes pagariam ao município pelo seu aluguel. Parte do recurso seria usada para pagar a compra do terreno onde se implantaria a cidade, e parte seria investida em benfeitorias. Não existiria contraste de ordem social e econômica entre seus habitantes.



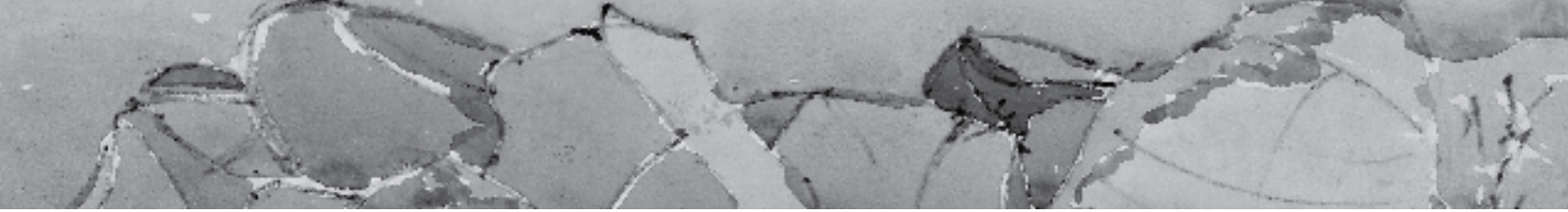
A cidade-jardim seria economicamente autossuficiente. O alimento seria produzido na área rural e os bens duráveis, na área urbana. Como não existiria gasto com o transporte da produção, seu custo seria reduzido. Outro fator que encarece o custo de vida é a especulação imobiliária, mas ela seria reduzida porque a propriedade seria do município e essa renda seria investida em benefício da população. A economia ficaria nas mãos da iniciativa particular e do poder público, para estimular uma produção mais competitiva e de qualidade. Goiânia, ao contrário, foi uma iniciativa do poder público. A área onde se ergueria Goiânia foi desapropriada pelo governo, que seria o seu proprietário.

Godói aconselha o governo a impedir a venda de áreas urbanas pela iniciativa privada, pois, caso contrário, quando a população aumentasse e os terrenos se valorizassem, ela ficaria com a renda da terra, enquanto o correto seria o município investi-la em obras de interesse social. Mas não ficou estabelecido no plano de Godói que os lotes seriam alugados aos habitantes e a propriedade seria sempre do poder público como na cidade inglesa, apenas que lhes seriam vendidos pelo Estado. Godói afirma, como Howard, que a cidade e o campo deveriam se fundir em um só corpo. Os produtos alimentícios deveriam vir das áreas rurais do próprio município, garantindo a qualidade e a redução do preço. Ele aconselha o governo a estender os domínios para além da área urbana. Para isso deveria desapropriar os latifúndios existentes ao redor de Goiânia e dividi-las em pequenas propriedades rurais. Não houve maiores detalhes quanto à maneira como seriam exploradas essas propriedades.

Administração e vida comunitária

A vida política seria inovadora, pois a hierarquia e a burocracia entre a população e o poder político não existiriam, eles estariam no mesmo patamar. Os membros do comitê de gestão da cidade-jardim seriam eleitos pela comunidade, que teria acesso aos atos da administração sem sofrer os entraves da burocracia. Caso os eleitos não estivessem correspondendo à expectativa da população, esta os destituiria imediatamente, sem esperar por uma nova eleição.

Para Unwin, a industrialização destruiu o espírito comunitário que existia no passado, mas a cidade-jardim seria uma tentativa de retornar esta relação de solidariedade entre os habitantes, de deveres da comunidade, no lugar do sentimento individual. Ele afirma



que a desarmonia dos volumes arquitetônicos e o traçado das cidades modernas têm origem na desordem social, econômica e cultural. Isto é, os homens modernos vivem individualmente, sem nenhum tipo de solidariedade e cumplicidade entre si. Essa atitude se refletiria na formação espacial da cidade.

Assim Unwin pensa que, antes de propor um novo traçado e uma nova arquitetura, deve-se modificar o homem e a sociedade moderna. A vida comunitária traria benefícios de ordem econômica, pois a construção de planos de urbanização em conjunto, tem custo reduzido. O cuidado com a harmonia dos conjuntos de moradia feito em associação possibilitaria um acabamento de qualidade, desde o traçado, os equipamentos urbanos, o material de construção, as cores, a linha e a altura dos telhados, até sua implantação. Ao contrário, quando implantado pelos loteadores, cujo objetivo é apenas o lucro, comprometem a qualidade e baixo custo da urbanização.

A administração inovadora da cidade-jardim, um dos itens mais importantes desse modelo, não foi sequer citada no plano de Armando. Compreende-se: enquanto a cidade inglesa queria banir a hierarquia entre o poder público e a população, no Brasil a ditadura de Vargas banuiu a democracia. Mas mesmo assim, este governo inovou, pois os governantes anteriores não tinham questões sociais como temas importantes, no que diz respeito à saúde, educação, proteção social, legislação e controle das associações de trabalho como tivera Vargas. Assim, a alma da cidade de Howard, que era a sua administração e a criação de uma sociedade menos individualista, foram excluídas do plano de Armando, transformando o projeto de Goiânia numa interpretação superficial da cidade-jardim, que era muito mais que seu traçado físico.

O traçado da cidade-jardim e Goiânia

O traçado do modelo inglês se caracteriza pela forma como o sistema viário foi concebido e pela topografia do terreno. Outro item importante foi o zoneamento, diferente das cidades francesas, com a divisão social do espaço. O sistema viário das cidades-jardim é o item mais criativo desse modelo, concebido por Unwin. A dimensão das vias deveria obedecer a uma hierarquia segundo a intensidade e a direção do tráfego. Hoje pode parecer banal, mas naquela época as vias não obedeciam a esse critério técnico. Ele separa cuidadosamente a via de pedestre da via de automóveis.

Unwin criou um formato de quadra segundo um cálculo entre sua dimensão e o número de casas implantadas. Ele provou que a baixa densidade da quadra era mais econômica, além de proporcionar mais conforto e beleza. As quadras eram abertas no seu interior pelas vielas, cul de sac, exclusivas para carros, que teriam acesso pelos fundos das casas. O acesso social, com trilhas apenas aos pedestres, se daria pela área verde, verdadeiras praças, ponto de encontro dos moradores.

Unwin foi bastante influenciado por Camillo Sitte, quanto à forma correta de uma rua: curva sobre um terreno bastante inclinado, para obter uma visão movimentada e imprevisível que encantasse e surpreendesse os habitantes. Os edifícios quando implantados nesse tipo de rua podem ser vistos em vários ângulos, à medida que se percorre a via. A cidade envolveria os córregos, os rios, os lagos, as florestas, as montanhas, etc. Para os autores da cidade-jardim, sua implantação deveria respeitar os acidentes geográficos e não como faziam os franceses, que os modificavam, adaptando-os ao projeto, em benefício da funcionalidade. O traçado da cidade não deveria se sobrepor à natureza, mas, sim, integrar-se a ela. Para eles, as vias retas do traçado francês são monótonas, feias e criam praças de forma triangular. A rotatória, elemento característico desse modelo é bastante criticada, pois é desumana e não funciona na prática. Assim o sistema viário que para os franceses era um fator funcional, para os ingleses, tinha também objetivo humano e estético. A abertura e implantação de equipamentos em vias curvas e onduladas, adverte Unwin, requer custos altos. Mas, seria o preço a pagar para obter tal efeito estético, conclui.

O sistema de zoneamento tão polêmico, por reproduzir no espaço todo o gênero de segregação, não foi

implantado em sua íntegra nas cidades-jardim. Howard planejou uma cidade onde se eliminariam os contrastes sociais e econômicos tão comuns nas metrópoles. Por isso não existiu a divisão social do espaço. Demarcou a distinção entre os locais de atividade por meio de um desenho diferenciado de seus edifícios e traçados, como centro administrativo, centros secundários, estação ferroviária, portos, etc. Ela foi dividida em área urbana e rural. Não existiria a zona suburbana, pois ela funcionava nas cidades modernas, como cidade-dormitório, desaprovada por Howard.

Unwin não queria enfatizar o centro administrativo como local mais importante da cidade. Ele queria também criar vários outros pontos ligados às atividades sociais e comunitárias, como educação, saúde, lazer, atividades esportivas e associações. Ele desejava transmitir, no traçado físico da cidade, a importância do aspecto social e a ausência de hierarquia entre o poder público e os seus habitantes.

Os perímetros da cidade e do campo seriam fixados para sempre. Quando o espaço físico da cidade estivesse esgotado, a nova população iria ocupar cidades-satélite, localizadas em torno da cidade-jardim. Ela deveria ter uma superfície de 2.400 ha. para uma população de 32 mil habitantes.

Os autores da escola inglesa não aceitavam descaso com a estética e o conforto no traçado das cidades modernas. Estas qualidades eram vistas pelos urbanistas de outras escolas da época como preocupações supérfluas e não de necessidade. Apenas as questões de ordem técnicas eram consideradas. Camillo Sitte aconselhava seguir o exemplo das cidades do passado, onde a beleza ocupava lugar de destaque. A praça era a alma da cidade, pois lá era o local de encontro da população. A ausência desse espaço significaria a morte da cidade do ponto de vista humano.

O traçado da cidade-jardim, elaborada por Unwin, tinha como uma das metas principais criar um espaço com dimensão humana que proporcionasse a sensação de bem-estar e de beleza. O bem-estar para Unwin estava ligado ao local onde os habitantes se relacionassem e compartilhassem suas ideias. A beleza para ele seria a integração harmoniosa entre a geografia do sítio com os espaços urbanísticos e os volumes arquitetônicos.

Godói, como os urbanistas ingleses, projetou Goiânia dentro de uma área e para uma população limitadas para sempre. A cidade teria uma faixa de áreas verdes ao seu redor, separando a área rural da área urbana. E quanto à população excedente, foram previstas cidades-satélite para abrigá-la.

Goiânia teria inicialmente 15 mil habitantes e seu projeto foi concebido para no máximo 50 mil habitantes. Goiânia contava com os seguintes setores: Central – zona comercial, residencial e centro administrativo; Norte – zona comercial, residencial popular, zona industrial e estrada de ferro; Sul – zona residencial e comércio local; Oeste – zona residencial e comércio local. O Setor Oeste não foi desenhado por Godói, pois foi reservado para quando o Setor Sul estivesse ocupado e o Setor Leste não foi incluído no plano. O Setor Sul desenhado por Atílio foi todo reformulado por Godói, recebendo o traçado das cidades-jardim. Esse bairro seria essencialmente residencial, mas com serviços para atendimento local. As quadras residenciais seguiram o modelo de Unwin: vias internas para os fundos das casas e entrada social pelas áreas verdes.

O zoneamento implantado por Godói no projeto de Goiânia não obedeceu ao critério de Howard, que eliminaria diferenças sociais de seus habitantes. O projeto inicial de Atílio já fora implantado e ele fez a separação da zona residencial para o operário de outras zonas residenciais. Godói mantém essa separação no seu projeto. Embora Atílio já tivesse localizado no S. Central, as atividades ligadas ao lazer, Godói cria no S. Sul áreas de lazer, de importância secundária. Assim como Unwin, ele dilui esse caráter de centralidade do poder público, representado pelo Centro Administrativo adotado por Atílio, criando outro centro de cunho mais comunitário, que seria a Praça do Cruzeiro, no S. Sul.

Em 1933, Godói aprovava o sítio onde se ergueria a nova capital, pela topografia plana do terreno, ideal para uma rede viária de linhas regulares e funcionais, conforme o modelo francês de cidade. Mais tarde, após ter conhecido os planos da cidade-jardim nos Estados Unidos, ele dá continuidade ao plano de Goiânia, ado-

tando esse modelo. Mas apenas o S. Sul foi contemplado com esse desenho, pois outros setores projetados por Atílio já estavam loteados. Assim, sem se ater às recomendações dos mestres ingleses, Godói, implanta o S. Sul com o desenho da cidade-jardim, mas sobre um sítio plano, impróprio ao modelo, pois esse tipo de terreno é compatível com o traçado das cidades francesas. A interferência do modelo inglês, implantado por Godói, no plano de Goiânia, entra em conflito com a cidade de Atílio, já executada parcialmente, pois são escolas de urbanismos com propostas quase que opostas.

Godói, ao fixar o espaço de Goiânia dentro de um perímetro fechado e limitar sua população, desestrutura a ideia de expansão da cidade, como propusera Atílio. O traçado do S. Sul, com suas vias curvas e quadras fechadas em si mesmas, apresenta-se desconectada do projeto de Atílio que tinha um desenho claro e funcional. Godói não entendeu o significado da cidade-jardim, muito maior que um simples traçado físico. Ele não teve a lucidez de prever que a realidade econômica, social, e política não admitiriam essa proposta. Consequentemente, o seu traçado físico não teria êxito, pois só sobreviveria no espaço se fosse assegurado pela sociedade idealizada por Howard.

Se Atílio obteve a funcionalidade no traçado de Goiânia, a estética ficou por conta de Godói. Se compararmos o S. Sul, tanto no seu traçado quanto no seu espaço tridimensional, é mais dotado de curvas, recantos e espaços verdes, embora a topografia plana e a ausência de um entorno mais exuberante tenham reduzido as paisagens tão caras a Unwin e a Sitte. Quanto à planta de Atílio, apesar de ter um desenho harmonioso e elegante, a busca pela funcionalidade tão perseguida configurou-se em um traçado racional, sóbrio e integrado ao sítio.

Atílio, o projeto de Goiânia e o modelo de cidade francesa do início do século XX

Em 1933, Atílio Correa Lima aceita o convite de Pedro Ludovico Teixeira para projetar a nova capital de Goiás. Nesse período a escola francesa de urbanismo era uma das mais prestigiadas no mundo. Em todos os continentes estava presente esse modelo de cidade. Atílio segue os estudos em Paris com os grandes urbanistas franceses dessa teoria, como Agache, Prost e outros. A sua tese de conclusão do curso, sobre a cidade de Niterói, lhe rendeu uma publicação em uma revista de grande reputação na França. Na década de 1990 o geógrafo francês Jean Pierre Gaudin analisa esse modelo de cidade em seus livros, com o nome de escola francesa de urbanismo do início do século XX.

A seguir faremos uma breve análise da escola francesa de urbanismo do início do século XX e sua influência no traçado de Goiânia, segundo Atílio Correa Lima.

Conhecer e planejar

Apesar das contradições, a civilização industrial era aceita pelos urbanistas franceses como um fato histórico irreversível. Eles a viam de uma maneira positiva, pois as metrópoles desse período proporcionavam uma aglomeração de pessoas, antes pulverizada nas áreas rurais e com pouco contato entre si. A cidade era um espaço democrático, pois circulavam pessoas oriundas de vários locais, de origens sociais diversas e culturas diferentes. Seria aí que o homem teria contato com o mundo civilizado, do conforto moderno, da educação da saúde, da noção de cidadania, etc.

Contudo, a aglomeração urbana não deveria se desenvolver livremente ou para atender interesses de poucos em detrimento dos interesses da população, mas deveria ser gerida e orientada de maneira racional e planejada. Para isso seria necessário conhecê-la profundamente sob vários

ângulos. Os urbanistas franceses não almejavam uma cidade e uma sociedade ideais. Eles eram mais pragmáticos e conceberam uma cidade para uma sociedade que existia. Rompem assim com uma tradição existente desde o Renascimento, quando as aglomerações humanas eram construídas dentro de uma visão sonhadora e não segundo sua realidade.

Bardet, urbanista francês, afirmou que nem Le Corbusier e seus pares escapam da visão sonhadora de uma sociedade e cidade ideais. Eles e outros utópicos, como Howard, não procuravam analisar a cidade como elas eram, mas sim estabelecer como elas deveriam ser, de modo a atingir a perfeição. Para os franceses, o núcleo histórico deveria ser reservado e conectado, através das avenidas, às novas áreas urbanizadas. Assim o novo e o antigo formariam uma unidade. Através do espaço original da cidade, seria possível ler a sua história e planejar a sua evolução de maneira harmoniosa e sem mutilá-la. Opunham-se à visão de Le Corbusier que pregava a demolição dos casarios antigos e sobre sua devastação erguer uma nova cidade que respondesse às necessidades do mundo contemporâneo cada vez mais ligado a um espaço funcional e universal, sem se ater às especificidades locais.

Atílio segue a metodologia estabelecida pela escola francesa ao propor o plano de Goiânia. Aborda inicialmente as questões de ordem histórica, social, econômica, e política de Goiás, para justificar o traçado urbanístico escolhido por ele. Goiás, segundo ele, vivia sob uma economia de subsistência em pleno séc. XX, sob a lembrança do período de mineração do ouro, durante a colonização portuguesa. Ele afirmava que a Revolução de 1930 colocara o país e Goiás em sintonia com o mundo contemporâneo.

Atílio, como seus mestres franceses, aceita a sociedade industrial, seja ela nefasta ou benéfica. No caso de Goiás, ela é positiva, pois aporta o progresso econômico, cria uma cidade mais democrática e competitiva, opondo-se à economia de sobrevivência, fechada, sob o comando político de uma familiocracia, e marcada pelos seus latifúndios. Ele busca no passado de Goiás cumplicidade com personagens

históricas, que sugeriram a criação de uma nova capital em local mais apropriado. Recorre à geografia para justificar a impossibilidade da cidade de Goiás sediar a capital, por se situar em meio às montanhas e em um clima inóspito. Recorre à situação econômica quando afirma que o seu centro não está na região da cidade de Goiás, mas na região do Mato Grosso Goiano. Lembra que o traçado da cidade foi criado no período colonial e era na época incapaz de abrigar atividades mais modernas. Busca motivos na medicina, alertando sobre a qualidade da água, ausência de saneamento básico e a precariedade do velho casario, sem ventilação e iluminação naturais, criando um ambiente insalubre.

A cidade de Goiás era, sem dúvida, uma cidade do passado, mas o seu núcleo histórico poderia ser recuperado, equipando-o com infraestrutura segundo as exigências do urbanismo moderno. Poder-se-ia criar uma área de extensão, onde seria possível funcionar as atividades administrativas modernas, ligada à área histórica através de avenidas. Hoje, pensa-se que os motivos citados não foram determinantes para a mudança da capital, mas sim devido aos problemas de ordem política, pois seria mais tranquilo governar em outro local, distante dos antigos donos do poder.

O traçado do modelo de urbanismo francês e o plano de Goiânia

Para os urbanistas franceses, a cidade seria planejada para abrigar as atividades ligadas à produção, à circulação e ao consumo de bens industrializados. O seu traçado baseou-se no sistema viário, zoneamento e topografia do terreno. O sistema viário deveria permitir o escoamento da produção industrial de uma forma eficaz e rápida. A dimensão das vias obedeceria a uma hierarquia segundo a intensidade do tráfego e importância na comunicação entre os bairros. Essa rede se caracterizou pelas rotatórias, vias curvas e em forma de grelha, vias em diagonal que se encontram em uma praça, um monumento ou um palácio.

A rotatória é um espaço livre formado pelo encontro de várias vias públicas em um mesmo ponto. Não se deve confundir rotatória com uma praça. A primeira serve para organizar a circulação de veículos e a sua área verde no centro serve mais para o prazer visual, permeabilidade do terreno e amenizar o clima quente e seco. Praça é um espaço fechado, arborizado, com poucos acessos para veículos, com objetivo de abrigar a população nas horas de lazer.

As cidades francesas tinham no centro administrativo uma deferência em relação às outras áreas do traçado urbano. Para isso, acentuavam esse local, implantando-o na parte mais alta da cidade e com as avenidas em diagonal, correndo em direção ao palácio, edifício principal do conjunto. Esse desenho foi inspirado nas cidades barrocas, do período renascentista, expressão do poder absoluto da monarquia. Todas as avenidas conduzem ao palácio assim como o próprio governante reunia todo o poder político. A avenida era uma marca importante da cidade barroca, pois servia para movimentação militar e também para circulação de veículos de rodas.

A preferência pelos terrenos poucos acidentados é a marca do urbanismo francês, cujo traçado deveria ser funcional, para permitir um deslocamento fácil e rápido. Assim, os terrenos muito ondulados ou com uma geografia muito complexa como montanhas, rios, lagos, lagoas, rios mares, deveriam ser evitados, pois encareceriam a obra e também requereriam mais tempo de execução. A exclusão de vias fluviais era aconselhada, pois são fontes de doenças e a sua manutenção é dispendiosa.

Para os urbanistas franceses, a natureza deve ser tratada e jamais se deve deixá-la livre, como o faziam os ingleses. Se por acaso não houvesse possibilidade de escolher o terreno ideal, esse deveria ser preparado para que se configurasse como tal. Um rio deveria ser desviado ou canalizado. Uma montanha deveria ser destruída para obter uma superfície plana, enfim todo acidente geográfico muito acentuado deveria ser disciplinado para estar apto a receber um traçado racional e ágil. O melhor terreno era o plano e o melhor desenho era o de linhas retas e regulares. Essas condições delinearão um espaço urbanístico de limitada beleza, pois a presença de um curso d'água ou de um terreno movimentado cria um clima ameno na cidade e uma paisagem dinâmica.

O traçado de Goiânia se estruturou em três pilares, o sistema viário, o zoneamento e a configuração do terreno. Conforme o plano das cidades francesas, o traçado deveria conter a qualidade mais importante, a funcionalidade. As vias foram calculadas segundo a intensidade e direção do tráfego. O sistema viário foi composto por vias regulares em forma de xadrez, por ser o sistema mais fácil e rápido para a circulação de veículos. As vias em diagonal como as Av. Araguaia e Tocantins, tiveram um objetivo além de funcional, também estético, isto é, levar a visão do espectador em direção ao centro administrativo, enaltecendo-o. A

Av. Paranaíba, em curva, tem a função de desviar do S. Central o tráfego externo de veículos pesados, levando-o diretamente para a zona industrial e desafogando o trânsito do núcleo urbano.

Goiânia foi prevista para uma população de 50 mil habitantes, mas a área da cidade não foi fixada para esse número para sempre: existia a possibilidade de estendê-la futuramente. Assim o urbanista carioca desenha o traçado da nova capital em uma estrutura aberta, conforme o modelo francês, onde as avenidas são implantadas para unir a parte existente às novas áreas acrescidas.

Diante da forte ênfase dada à funcionalidade e da pouca preocupação para com a beleza e a arte, vários urbanistas franceses se preocupavam com o estado degradante das cidades no início do século XX. Eles reivindicam que o cuidado dado à funcionalidade fosse o mesmo em relação à beleza. Eles ficaram sensibilizados com as ideias do arquiteto austríaco Camillo Sitte, que afirmava serem as cidades antigas belas e aconchegantes porque respeitavam a escala humana, enquanto que as cidades modernas priorizavam a circulação de veículo em detrimento do pedestre e destruíram os espaços de encontro da população.

Os urbanistas franceses Bonnier e Souza criticam Le Corbusier, pois o utilitarismo da escola modernista produz o adensamento urbano, o desprezo pelo passado e a rentabilidade exagerada do solo. Camillo Sitte, embora tenha como referência as cidades antigas, pela sua escala humana, pela sua integração com a natureza, pela preocupação com a estética, não afirmou que a cidade moderna deveria copiá-las, mas, sim, se inspirar nas suas qualidades, pois os tempos são outros e a cidade contemporânea tem atividades diversas do mundo antigo.



A visão de Sitte deixa os urbanistas franceses bastante divididos quanto à questão estética no desenho da cidade. Eles ficam com o dilema de conciliá-la às questões técnicas como higiene e circulação. Alguns deram prioridade à funcionalidade e outros, à estética nos planos da cidade.

Goiânia foi assim concebida num sítio sem muita exuberância geográfica, como cadeia de montanhas, acidentes hidrográficos ou topografia mais acidentada. Os rios, córregos e quedas d'água ficaram próximos da cidade por razões mais funcionais e técnicas do que estéticas. Até as grandes áreas verdes tinham um objetivo maior de salubridade. Mesmo assim, não podemos deixar de reconhecer que as linhas funcionais que ele traçou para Goiânia foram dispostas com elegância e harmonia. O sistema viário que deveria racionalizar o tráfego não tem desenho rígido nem monótono, pois, entremeado de praças, avenidas ajardinadas, rotatórias, parque e bosques, ganha suavidade.

Atílio revela atenção à estética ao conceber o Centro Administrativo com sua praça em forma de ferradura, ponto de encontro das Avenidas Araguaia, Tocantins e Goiás. Esse desenho é uma evocação à cidade barroca, tão cantada por Sitte, como exemplo de beleza e harmonia, muito utilizada pelo urbanismo francês, que primava pelo cuidado com o paisagismo, como a arborização das avenidas e as formas geométrica e simétrica de compor os jardins e o mobiliário urbano com bancos, postes, relógio, fontes e monumentos. 7



A FORMAÇÃO DE PALMAS Luís Fernando Cruvinel Teixeira¹

O processo de urbanização do território brasileiro se define por três aspectos: a velocidade do processo, a quantidade de cidades novas e a ineficiência dos gestores urbanos. Em Palmas, a mais recente capital administrativa planejada no Brasil, não foi diferente. Em dezenove anos, a cidade atingiu uma população de aproximadamente 200 mil habitantes. Essa vitalidade, associada ao descompromisso institucional com o plano diretor, impediu que a cidade crescesse conforme planejado. Este trabalho, realizado parcialmente em conjunto com técnicos do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, é uma síntese da formação de Palmas. É também uma tentativa de especular sobre alguns de seus desafios presentes e futuros.

A fase pioneira

Desde a criação da República e da Federação, o território do Estado do Tocantins fez parte do Estado de Goiás. O primeiro registro de busca de autonomia da região onde se construiu a cidade de Palmas data de 1821. Neste ano, o ouvidor-geral da então Comarca de São João das Duas Barras (mais tarde São João da Palma, hoje Paranã), Joaquim Teotônio Segurado, assumiu a iniciativa de criar um governo autônomo da Coroa Portuguesa em uma área de terra no sul do território que hoje forma o estado do Tocantins. Esta área incluía ainda as localidades de Cavalcante e Natividade. Esse episódio está registrado no nome da principal avenida da capital, que homenageia o ouvidor. Há registro também,

¹. Arquiteto, coautor do plano urbanístico de Palmas